

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório da administração regulatório	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	4
Demonstrações contábeis regulatórias Balanço patrimonial.....	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A ETAU atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A ETAU atua na região Sul e responde por 0,15% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a ETAU detém a concessão de linha de transmissão da Rede Básica que compreendem 02 subestações (SE Lagoa Vermelha 2 e SE Barra Grande) e acesso a outras duas: SE Campos Novos e SE Santa Marta, com 188 km de linha de transmissão, nas tensões entre 230kV, conforme quadro a seguir:

Subestações e Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Trans-form. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Subestações						
Lagoa Vermelha	n/a	230	n/a	300	17/04/2005	18/12/2032
Santa Marta (*)	n/a	230	n/a	n/a	17/04/2005	-
Campos Novos (*)	n/a	230	n/a	n/a	24/07/2005	-
Barra Grande	n/a	230	n/a	n/a	24/07/2005	18/12/2032
Linhas de transmissão						
Lagoa Vermelha 2 - Santa Marta - C1	Simplex	230	96	n/a	17/04/2005	18/12/2032
Campos Novos - Barra Grande - C1	Simplex	230	34	n/a	24/07/2005	18/12/2032
Barra Grande - Lagoa Vermelha 2 - C1	Simplex	230	58	n/a	24/07/2005	18/12/2032

(*) Subestações de terceiros acessadas pela Etau.

Linha de Transmissão	RAP - R\$ mil (*)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
ETAU	51.665	Jul/20	Junho	IGP-M

(*) RAP estabelecida pela resolução homologatória ANEEL nº 2.895 de 13 de julho de 2021, alterada pela resolução homologatória ANEEL nº 2.959 de 05 de outubro de 2021.

Considerando as instalações de transmissão em operação, a RAP esperada é de R\$51.665 mil para os períodos de 2022 a 2026, representando um acréscimo de 13,98% em relação a 2021, conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2021							
Linha de Transmissão	2020 (*)	2021 (*)	2022	2023	2024	2025	2026
ETAU	45.317	45.328	51.665	51.665	51.665	51.665	51.665

(*) RAP realizada.

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2021	2020
Receita operacional líquida	41.333	41.305
EBITDA	33.312	33.997
Margem EBITDA	80,59%	82,31%

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2021	2020
Reconciliação do EBITDA		
Lucro do exercício	18.306	18.691
Depreciação e amortização	4.654	4.608
Resultado financeiro	921	1.118
Imposto de renda e contribuição social	9.431	9.580
EBITDA	33.312	33.997

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Perfil do endividamento - R\$ mil	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	3.468	6.012
Não circulante	2.282	5.707
Dívida bruta	5.750	11.719
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.531)	(9.345)
(=) Dívida líquida	(781)	2.374
Dívida líquida/EBITDA	n/a	0,07

Dívida líquida - A dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de empréstimos do passivo circulante e do passivo não circulante, menos o caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades administrativas da ETAU e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Política de Qualidade

A ETAU, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2021.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo valor de R\$112 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do



Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ: 05.063.249/0001-60

seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 23 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Ativos			
<i>Ativos Circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.531	9.345
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias	5	4.837	4.451
Impostos e contribuições sociais		336	110
Outras contas a receber		329	233
Total dos Ativos Circulantes		12.033	14.139
<i>Ativos Não Circulantes</i>			
Depósitos judiciais		361	519
Contas a rec. de concessionárias e permissionárias	5	312	283
Imobilizado	6	98.794	103.197
Intangível	6	1.865	1.887
Outras Contas a receber		178	102
Total dos Ativos Não Circulantes		101.510	105.988
Total dos Ativos		113.543	120.127
Passivos			
<i>Passivos Circulantes</i>			
Fornecedores		809	1.146
Empréstimos e financiamentos	9	3.468	6.012
Taxas regulamentares		971	1.918
Impostos e contribuições sociais		8.308	5.523
Dividendos a pagar	8	274	469
Outras contas a pagar		974	500
Total dos Passivos Circulantes		14.804	15.568
<i>Passivos Não Circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	9	2.282	5.707
Impostos e contribuições diferidos	7	18.745	18.409
Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	10	141	411
Obrigações especiais	6	3.273	3.273
Outras Contas a Pagar		5.147	1.585
Total dos Passivos não Circulantes		29.588	29.385
Total dos Passivos		44.392	44.953
Patrimônio Líquido			
Capital social		34.895	34.895
Reserva de lucros		43.112	34.895
Dividendos adicionais propostos		18.879	24.055
(Prejuízos) acumulados		(27.735)	(18.671)
Total do Patrimônio Líquido	12	69.151	75.174
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		113.543	120.127

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2021	2020
Disponibilização do sistema de transmissão		45.328	45.317
Parcela variável		(68)	(12)
Receita bruta		45.260	45.305
PIS e COFINS Corrente		(2.081)	(1.931)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(1.846)	(2.069)
Tributos e encargos		(3.927)	(4.000)
Receita líquida	16	41.333	41.305
Pessoal		(973)	(773)
Serviços de terceiros		(5.141)	(5.119)
Material		(40)	(27)
Depreciação e amortização		(4.653)	(4.607)
Outras receitas (custos) operacionais, líquidas		(45)	27
Custos operacionais	17	(10.852)	(10.499)
Lucro bruto		30.481	30.806
Pessoal		(53)	(30)
Serviços de terceiros		(1.647)	(1.283)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(122)	(103)
Despesas administrativas	17	(1.823)	(1.417)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e das contribuições		28.658	29.389
Receitas financeiras		462	347
Despesas financeiras		(1.383)	(1.465)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	18	(921)	(1.118)
Lucro antes dos impostos e das contribuições		27.737	28.271
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.095)	(6.374)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(336)	(3.206)
Imposto de renda e contribuição social	11	(9.431)	(9.580)
Lucro líquido do exercício		18.306	18.691
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária – básico e diluído (em R\$)	15	0,52460	0,53564

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro Líquido do exercício	<u>18.306</u>	<u>18.691</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>18.306</u></u>	<u><u>18.691</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ n.º 05.063.249/0001-60

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial	Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		34.895	6.979	27.916	-	13.073	(6.043)	76.820
Dividendos adicionais aprovados		-	-	(6.795)	-	(13.073)	-	(19.868)
Impactos Ofício CVM 04/2020 sobre a destinação do resultado societário		-	-	(15.547)	-	-	15.547	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	18.691	18.691
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):								
Reserva especial		-	-	22.342	-	-	(22.342)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(469)	(469)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	24.055	(24.055)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12	34.895	6.979	27.916	-	24.055	(18.671)	75.174
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(24.055)	-	(24.055)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	18.306	18.306
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):								
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	8.217	-	(8.217)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(274)	(274)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	18.879	(18.879)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12	34.895	6.979	27.916	8.217	18.879	(27.735)	69.151

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Demonstrações do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		18.306	18.691
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Provisão de riscos trabalhistas e cíveis	10	110	60
Depreciação e Amortização	17	4.654	4.608
Provisão para parcela variável		-	6
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	18	(38)	-
Despesa de atualização monetária de contingências	18	57	-
Receita de aplicação financeira		-	(347)
Juros e variações monetárias – Financiamento	9 e 18	1.236	1.373
Imposto de renda e contribuição social	11	9.431	9.580
		<u>33.756</u>	<u>33.971</u>
Variação de ativos e passivos:			
(Aumento) redução no contas a receber de concessionárias e permissionárias		(415)	12
(Aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(169)	(141)
Redução (aumento) outras contas a receber e depósitos judiciais		24	(1.365)
(Redução) nos fornecedores		(337)	(227)
(Redução) aumento nas taxas regulamentares		(947)	159
Aumento nas outras contas a pagar		3.598	1.943
		<u>1.754</u>	<u>381</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>35.510</u>	<u>34.352</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(6.367)</u>	<u>(5.952)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>29.143</u>	<u>28.400</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução no saldo de títulos e valores mobiliários		-	8.520
(Adições) no imobilizado e intangível		(228)	(1.938)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento		<u>(228)</u>	<u>6.582</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de financiamentos – principal	9	(5.950)	(5.747)
Pagamento de financiamentos – juros	9	(1.255)	(1.377)
Pagamento de dividendos	8	(24.524)	(20.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(31.729)</u>	<u>(27.124)</u>
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>(2.814)</u>	<u>7.858</u>
Saldo inicial de equivalentes de caixa	4	9.345	1.487
Saldo final de equivalentes de caixa	4	6.531	9.345
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>(2.814)</u>	<u>7.858</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2002, que tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS e Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação de Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. A construção da linha de transmissão foi iniciada no exercício de 2002 e concluída em 24 de julho de 2005.

Controladores - Possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-T").

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 29 de abril de 2022.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 21.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

d) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.4. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A amortização do ágio é reconhecida no resultado baseando-se no prazo remanescente da concessão.

3.3. Obrigações especiais

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, pois não são condicionadas à realização financeira direta ou a qualquer retorno às fontes que aportaram recursos, e que são exclusivamente destinados à obras de expansão e melhoramento dos bens e instalações necessárias à exploração da concessão. O prazo de vencimento das obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador e que ocorrerá ao final do período da concessão, mediante redução do valor residual do ativo imobilizado para fins de determinação do valor da indenização que o Poder Concedente pagará à concessionária.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, no uso de suas atribuições, emitiu em 22 de dezembro de 2016, o Despacho nº 3.371, que determina para fins da contabilidade regulatória que a divulgação das obrigações especiais no balanço patrimonial deve ser apresentada como passivo, e não mais como redutora do ativo.

3.4. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos e atualização monetária de depósitos judiciais. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros e atualização monetária de contingências.

3.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva,

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.7. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

3.9. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.10. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.11. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e revisadas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível e aprovadas pela ANEEL, quando entrarem em vigor.

Alterações no CPC 00: Referência à Estrutura Conceitual - Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à Estrutura Conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações no CPC 25: Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento de um Contrato – Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IAS 37, correlacionada ao CPC 25. As alterações especificam que o "custo de cumprir" um contrato inclui os "custos que se relacionam diretamente com o contrato". Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato (exemplos seriam mão de obra direta, materiais) ou uma alocação de outros custos relacionados diretamente ao cumprimento de contratos (um

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

exemplo seria a alocação do encargo de depreciação para um item do ativo imobilizado utilizado no cumprimento do contrato).

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	499	41
Aplicações financeiras	6.032	9.304
	6.531	9.345

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2021	31/12/2020
CDB	101,38% do CDI	100,94% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2021	31/12/2020
	Corrente a vencer	Corrente Vencida					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.792	4	1	10	348	5.155	4.740
						31/12/2021	31/12/2020
Concessionários e Permissonários						5.155	4.740
Parcela variável (i)						(6)	(6)
						5.149	4.734
Circulante						4.837	4.451
Não circulante (ii)						312	283

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no exercício de 2020, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial (a partir de abril de 2020), estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP – a Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração também varia com a sua disponibilidade.

Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020		
Resolução nº 2.959 de 05/10/2021 (*) Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Resolução nº 2.725 de 14/07/2020 Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Resolução nº 2.565 de 25/06/2019 Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
51.665	2.274	53.939	39.506	1.786	41.292	50.913	(1.578)	49.335

(*) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2020	Adições (A)	Transfere- rência (B)	Valor Bruto em 2021	Adições Líquidas (A) + (B)	Depreciação 2021	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
<i>Ativo Imobilizado em Serviço</i>									
<u>Transmissão</u>									
Terrenos		1.507	-	-	1.507	-	-	1.507	1.507
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,26%	1.699	-	-	1.699	-	(724)	975	1.030
Máquinas e equipamentos	3,09%	147.440	-	359	147.799	359	(60.519)	87.280	91.494
Móveis e utensílios	6,05%	2	-	29	31	29	(4)	27	-
Total Serviço		150.648	-	388	151.036	388	(61.247)	89.789	94.031
<i>Ativo Imobilizado em Curso</i>									
<u>Transmissão</u>									
Edificações		331	-	-	331	-	-	331	331
Máquinas e equipamentos		3.755	174	(360)	3.569	(186)	-	3.569	3.755
Terrenos		690	-	-	690	-	-	690	690
Adiantamento a fornecedores (*)		311	-	-	311	-	-	311	311
Móveis e utensílios		34	-	(29)	5	(29)	-	5	34
Material em depósito		4.045	-	-	4.045	-	-	4.045	4.045
		9.166	174	(389)	8.951	(215)	-	8.951	9.166
<u>Administrativo</u>									
Edificações		-	22	-	22	22	-	22	-
Máquinas e equipamentos		-	32	-	32	32	-	32	-
		-	54	-	54	54	-	54	-
Total Curso		9.166	228	(389)	9.005	(161)	-	9.005	9.166
Total do Ativo Imobilizado		159.814	228	(1)	160.041	227	(61.247)	98.794	103.197

(*) Adiantamentos (compensações) a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica. No exercício de 2020 ocorreram compensações de adiantamentos a fornecedores realizados em exercícios anteriores.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Intangível	Taxa média de amortização	Valor Bruto em 2020	Transferência	Valor Bruto em 2021	Amortização	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
<i>Ativo Intangível em Serviço</i>							
<u>Transmissão</u>							
Servidões		1.412	-	1.412	-	1.412	1.412
Softwares	19,13%	115	-	115	(31)	84	106
<u>Administração</u>							
Softwares	20,00%	5	-	5	(4)	1	2
		1.532	-	1.532	(35)	1.497	1.520
<i>Ativo Intangível em Curso</i>							
Outros intangíveis em curso		367	1	368	-	368	367
Total do Ativo Intangível		1.899	1	1.900	(35)	1.865	1.887

	Taxas anuais médias de depreciação	2021			2020
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Valor líquido
<u>Imobilizado e intangível</u>					
<i>Em serviço</i>					
Transmissão	3,03%	152.563	(61.278)	91.285	95.549
Administração	20,00%	5	(4)	1	2
		152.568	(61.282)	91.286	95.551
<i>Em curso - Transmissão</i>					
Transmissão		9.319	-	9.319	9.533
Administração		54	-	54	-
		9.373	-	9.373	9.533
Total do imobilizado e intangível		161.941	(61.282)	100.659	105.084

Obrigações especiais (Passivo)	Valor Bruto em 2020	Valor Bruto em 2021	Amortização acumulada	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
Obrigações especiais	(3.852)	(3.273)	-	(3.273)	(3.273)
Total	(3.852)	(3.273)	-	(3.273)	(3.273)

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Composição das adições do imobilizado por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e equipamentos	206	-	206
Outras adições	-	22	22
Total das adições do imobilizado em curso	206	22	228

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – ativo	2.316	1.314
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – passivo	(21.061)	(19.723)
Efeito líquido no balanço - passivo - IRPJ e CSLL – passivo	(18.745)	(18.409)

Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2023	2024	2025	TOTAL
Diferenças temporárias	1.219	1.079	18	2.316

8. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a Receber – OCR, Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP e Outras Contas a Pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com empresas ligadas</u>					
1	OCR x Reembolso de custos de compartilhamento de instalações – STC	R\$3 Valor mensal	De 16/11/2006 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de 12% a.a. + multa de 2% a.a./ Atualização anual pelo IGP-M.	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.
2	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<u>Transações com empresas ligadas</u>					
1	OCR x Reembolso de custos de CCI – STC	22	28	96	79
2	PSTEL – CEMIG	166	146	1.861	1.989
		188	174	1.957	2.068

b) Passivos e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
<u>Transações com Controladores</u>					
1	OCP x Serviço de terceiros - "back-office" – Taesa	R\$69 Valor mensal	25/01/2018 a 24/01/2023	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
2	OCP x Outras receitas – Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% do valor total do contrato / atualização do ativo imobilizado bruto pela inflação conforme critério de rateio adotado.	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso o valor do rateio supere o montante anual de R\$2.386, a contratante poderá requer a revisão.
3	OCP x Outras receitas – O&M – Taesa	R\$18 Valor mensal	01/08/2020 a 01/08/2024	Atualização anual pelo IGP-M.	O presente contrato foi rescindido em 30/11/2021.
4	OCP x Outras receitas – O&M – Taesa	R\$14 Valor mensal	01/12/2021 a 30/11/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
5	OCP x Serviço de terceiros – O&M - CEEE GT	R\$1.770 valor total	23/06/2021 a 23/12/2021	Juros de 1%a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	O presente contrato está fase de negociação entre as partes para a renovação.
6	OCP x Serviço de terceiros -fiscalização – CEEE GT	R\$78 Valor mensal	De janeiro de 2018 até emissão do termo de aceitação definitiva do empreendimento.	Juros de 1% a.m. e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O inadimplemento por qualquer das partes, de obrigação estabelecidas, não sanadas no período de 30 dias contados da notificação emitida pela parte prejudicada; falência ou processo de recuperação judicial.
7	OCP x Serviço de terceiros - CCI - CEEE GT	R\$10 Valor anual	De 15/04/2005 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de 12% a.a. + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
1	Back office - Taesa	-	82	1.092	972
2	Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	88	-	88	-
4	Serviços de engenharia - Reforço Banco de Capacitores – Taesa	17	18	215	91
5	Transmissão de dados - CEEE GT	36	-	302	253
6	O&M - CEEE GT	377	-	3.722	-
		518	100	5.419	1.316

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2020	Dividendos pagos	Dividendos obrigatórios e adicionais	31/12/2021
Dividendos a pagar à Taesa	354	(18.545)	18.397	206
Dividendos a pagar à DME	68	(3.527)	3.499	40
Dividendos a pagar à CEEE – GT	47	(2.452)	2.433	28
	469	(24.524)	24.329	274

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aprovação de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor
Dividendos adicionais	2020	30/04/2021	AGO	28/12/2021	13.501
Dividendos adicionais	2020	30/04/2021	AGO	26/08/2021	2.972
Obrigatórios e adicionais	2020	30/04/2021	AGO	27/05/2021	8.051
					24.524

III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Abertura do endividamento

9.1 Empréstimos e financiamentos

Características do Financiamento							
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES Finame Alston	21/12/2015	CCB-subcrédito A	238	228	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	-
BNDES Finame Toshiba	21/12/2015	CCB-subcrédito A	2.833	2.687	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	-
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito A	7.566	7.210	15/08/2021	TJLP + 5,20%a.a	-
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito B	6.053	5.768	15/08/2021	SELIC + 3,76%a.a	-
BNDES Giro	19/07/2018	CCB-subcrédito A	10.273	10.273	15/08/2023	TLP + 2,78%a.a	20

Movimentação dos financiamentos					
Financiador	31/12/2020	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2021
BNDES - Automático (a)	2.442	63	(60)	(2.445)	-
BNDES - Finame Alston (a)	7	-	-	(7)	-
BNDES - Finame Toshiba (a)	75	-	-	(75)	-
BNDES -Giro	9.195	1.173	(1.195)	(3.423)	5.750
Total	11.719	1.236	(1.255)	(5.950)	5.750
Circulante	6.012				3.468
Não circulante	5.707				2.282

Movimentação dos financiamentos					
Financiador	31/12/2019	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2020
BNDES - Automático (a)	6.034	338	(298)	(3.632)	2.442
BNDES - Finame Alston (a)	83	4	(4)	(76)	7
BNDES - Finame Toshiba (a)	974	48	(51)	(896)	75
BNDES -Giro	10.379	983	(1.024)	(1.143)	9.195
Total	17.470	1.373	(1.377)	(5.747)	11.719
Circulante	5.849				6.012
Não circulante	11.621				5.707

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Os recursos foram captados com o objetivo de financiar a construção de novos reforços na subestação de Lagoa Vermelha II.

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2023	Não circulante	Total
TLP	3.468	2.282	2.282	5.750
Total	3.468	2.282	2.282	5.750

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos.

O financiamento junto ao BNDES Automático possui a seguinte cláusula restritiva financeira de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato: (i) a razão entre a “dívida líquida” e “EBITDA” deverá ser menor ou igual a 3,0x durante a vigência do contrato; e (ii) o “índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD” deverá ser maior ou igual a 1,3x durante a vigência do contrato. A periodicidade dos cálculos é anual.

Em 31 de dezembro de 2021, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

9.2 Abertura dos ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
- Caixa e bancos	499	41
- Aplicações financeiras	6.032	9.304
	6.531	9.345

9.3 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	2021				Total 2020
	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	Total	
<i>Dívida Bruta</i>					
Empréstimos, financiamentos (moeda nacional)	44	3.424	2.282	5.750	11.719
<i>Ativos Financeiros</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	(6.531)	-	(6.531)	(9.345)
Dívida Líquida				(781)	2.374

10. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis, trabalhistas e tributários.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$361.

	31/12/2020	Adições	Reversões	Atualização	Baixa	31/12/2021
Cíveis	163	137	(37)	49	(188)	124
Trabalhistas	248	-	-	-	(248)	-
Tributários	-	10	-	7	-	17

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2020	Adições	Reversões	Atualização	Baixa	31/12/2021
	411	147	(37)	56	(436)	141

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$56, sendo R\$32 referentes a contingências cíveis e R\$24 a contingências tributárias, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.095)	(6.374)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(336)	(3.206)
	(9.431)	(9.580)

Correntes - Calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	2021	2020
Lucro antes dos impostos	27.737	28.271
Despesa de imposto de renda e contribuição social - alíquota de 34%	(9.431)	(9.612)
Outros	-	32
Despesa de imposto de renda e contribuição social - resultado	(9.431)	(9.580)
Alíquota efetiva	34%	34%

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado era de R\$34.895, representado por 34.895.364 (trinta e quatro milhões, oitocentas e noventa e cinco mil, trezentas e sessenta e quatro) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Composição acionária (*)	2021		2020	
	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesa	26.387.488	75,6189	26.387.488	75,6189
DME	5.018.340	14,3811	5.018.340	14,3811
CEEE-T	3.489.536	10,0000	3.489.536	10,0000
Total	34.895.364	100,0000	34.895.364	100,0000

(*) Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não constituiu Reserva legal, pois o saldo desta

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

reserva estava no limite de 20% do capital social e (b) Reserva especial - constituídas com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de suportar o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício. (c) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 1%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro do exercício - Societário

Destinação do lucro do exercício	2021	2020 (*)
Lucro líquido do exercício	27.370	46.866
- Dividendos obrigatórios	(274)	(469)
- Dividendos adicionais propostos	(18.879)	(24.055)
- Reserva especial	-	(22.342)
- Reserva de lucros a realizar	(8.217)	-

(*) A AGO de 30 de abril de 2021 ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2020.

13. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Fator Seguros	20/09/2021 a 19/09/2022	10.000	-	1
Risco operacional	Mapfre Seguros	01/06/2021 a 01/12/2022	-	14.481	46
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Ezze Seguradora	19/09/2021 a 18/09/2022	40.000	-	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

14.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

14.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Aplicações financeiras de curto prazo	6.032	9.304
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	499	41
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5.149	4.734
	11.680	14.079
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	809	1.146
- Empréstimos e financiamentos	5.750	11.719
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	5.146	1.585
	11.705	14.450

14.4. Risco de mercado

14.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2021	Cenário provável em 31/12/2022
CDI (a)	4,39%	13,00%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 25 de março de 2022 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2021	Efeito Provável no LAIR - 2022 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa – CDI	6.032	519

14.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos e financiamentos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários que contêm cláusulas restritivas (“*covenants*”), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia), (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Financiamentos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós-fixada	370	695	2.923	2.386	6.374

14.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

14.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	6.032	9.304	Nível 2

15. LUCRO POR AÇÃO

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	18.306	18.691
Quantidade de ações ordinárias	34.895	34.895
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,52460	0,53564

16. RECEITA LÍQUIDA

	2021	2020
Disponibilização do sistema de transmissão	45.328	45.317
Parcela variável	(68)	(12)
Receita bruta	45.260	45.305
PIS e COFINS Correntes	(2.081)	(1.931)
Encargos setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE (b)	(1.846)	(2.069)
Tributos e encargos	(3.927)	(4.000)
Receita líquida	41.333	41.305

17. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2021	2020
-Remuneração direta	(596)	(435)
-Benefícios	(211)	(190)
-FGTS e INSS	(219)	(178)
Pessoal	(1.026)	(803)
Materiais	(40)	(27)
Serviços de terceiros	(6.788)	(6.402)
Depreciação e amortização	(4.654)	(4.608)
Outros custos e despesas operacionais	(167)	(76)
Total custos e despesas	(12.675)	(11.916)

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com serviços de terceiros: custos com operação e manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação multimídia e serviços de engenharia.

Custos com materiais: custos com materiais de operação e manutenção.

Despesas com serviços de terceiros: referem-se basicamente às despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.

Outros custos e despesas operacionais: Custos com aluguéis, combustível, seguros e reembolso de custos; e despesas com taxas, condomínios, aluguéis, indenizações trabalhistas e patrocínios.

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2021	2020
Renda de aplicação financeira	424	347
Atualização monetária de depósitos judiciais	38	-
Receitas financeiras	462	347
Empréstimos e financiamentos		
- Juros incorridos	(1.226)	(1.323)
- Variação monetária	(10)	(50)
	(1.236)	(1.373)
Atualização monetária de contingências	(57)	-
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(90)	(92)
Despesas Financeiras	(1.383)	(1.465)
	(921)	(1.118)

19. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 2 de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, 20% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev.

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 8 – Partes Relacionadas.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais – O empreendimento está regular com suas obrigações ambientais e devidamente licenciado (licença de operação vigente).

Licença ambiental			
Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Data de vencimento
Campos Novos/Santa Marta	452/2005	01/10/2021	01/10/2031

COVID-19 – O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo, as pessoas, e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com home office e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para todos;
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar pós vacina.
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

21. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, bem como quanto ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 16), com vigência a partir de janeiro de 2019, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há



**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
Equivalentes de caixa		6.531	-	6.531	9.345	-	9.345
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		4.837	-	4.837	4.451	-	4.451
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	21.680	21.680	-	18.455	18.455
Impostos e contribuições sociais		336	-	336	110	-	110
Outras contas a receber		329	-	329	233	-	233
Total dos ativos circulantes		12.033	21.680	33.713	14.139	18.455	32.594
<i>Ativos não circulantes</i>							
Depósitos judiciais		361	-	361	519	-	519
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		312	-	312	283	-	283
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	124.421	124.421	-	115.823	115.823
Outras contas a receber		178	-	178	102	-	102
Direito de uso	(v)	-	27	27	-	-	-
Imobilizado	(iv)	98.794	(98.740)	54	103.197	(103.197)	-
Intangível	(iv)	1.865	(1.865)	-	1.887	(1.886)	1
Total dos ativos não circulantes		101.510	23.843	125.353	105.988	10.740	116.728
Total dos ativos		113.543	45.523	159.066	120.127	29.195	149.322

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial	Nota <u>explicativa</u>	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (Reapresentado)
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		809		809	1.146	-	1.146
Empréstimos e financiamentos		3.468		3.468	6.012	-	6.012
Passivo de arrendamento	(v)	-	37	37	-	-	-
Impostos e contribuições sociais		8.308		8.308	5.523	-	5.523
Taxas regulamentares		971		971	1.918	-	1.918
Dividendos a pagar		274		274	469	-	469
Outras contas a pagar		974		974	500	-	500
Total dos passivos circulantes		14.804	37	14.841	15.568	-	15.568
<i>Passivos não circulantes</i>							
Empréstimos e financiamentos		2.282	-	2.282	5.707	-	5.707
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	18.745	12.608	31.353	18.409	7.992	26.401
Provisões Para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis		141	-	141	411	-	411
Obrigações especiais		3.273	(3.273)		3.273	(3.273)	-
Tributos diferidos	(iii)	-	8.416	8.416	-	5.805	5.805
Outras contas a pagar		5.147	-	5.147	1.585	-	1.585
Total dos passivos não circulantes		29.588	17.751	47.339	29.385	10.524	39.909
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		34.895	-	34.895	34.895	-	34.895
Reserva de lucros		43.112	-	43.112	34.895	-	34.895
Dividendos adicionais propostos		18.879	-	18.879	24.055	-	24.055
Prejuízos acumulados		(27.735)	27.735	-	(18.671)	18.671	-
Total do patrimônio líquido	(vi)	69.151	27.735	96.886	75.174	18.671	93.845
Total dos passivos e do patrimônio líquido		113.543	45.523	159.066	120.127	29.195	149.322

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota explicativa	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		45.328	(45.328)	-	45.317	(45.317)	-
Operação e manutenção		-	16.644	16.644	-	14.184	14.184
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	18.979	18.979	-	14.171	14.171
Correção monetária do ativo de contrato de concessão		-	13.354	13.354	-	53.165	53.165
Parcela variável		(68)	-	(68)	(12)	-	(12)
Outras receitas		-	8.174	8.174	-	6.377	6.377
Receita bruta	(vii)	45.260	11.823	57.083	45.305	42.580	87.885
PIS e COFINS Corrente		(2.081)	-	(2.081)	(1.931)	-	(1.931)
PIS e COFINS Diferido		-	(2.611)	(2.611)	-	(2.558)	(2.558)
Quota para RGR, P&D e TFSEE		(1.846)	-	(1.846)	(2.069)	-	(2.069)
Tributos e encargos	(viii)	(3.927)	(2.611)	(6.538)	(4.000)	(2.558)	(6.558)
Receita operacional líquida		41.333	9.212	50.545	41.305	40.022	81.327
Pessoal		(973)	-	(973)	(773)	-	(773)
Material		(40)	(174)	(214)	(27)	(1.936)	(1.963)
Serviços de terceiros		(5.141)	-	(5.141)	(5.119)	-	(5.119)
Depreciação e amortização		(4.653)	4.599	(54)	(4.607)	4.607	-
Outros custos operacionais		(45)	45	-	27	-	27
Custos operacionais	(ix)	(10.852)	4.470	(6.382)	(10.499)	2.671	(7.828)
Pessoal		(53)	-	(53)	(30)	-	(30)
Serviços de terceiros		(1.647)	-	(1.647)	(1.283)	-	(1.283)
Depreciação e amortização		(1)	-	(1)	(1)	-	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(122)	-	(122)	(103)	-	(103)
Despesas operacionais		(1.823)	-	(1.823)	(1.417)	-	(1.417)
Resultado da atividade		28.658	13.682	42.340	29.389	42.693	72.082
Receitas financeiras		462	-	462	347	-	347
Despesas financeiras		(1.383)	(2)	(1.385)	(1.465)	-	(1.465)
Despesas financeiras líquidas		(921)	(2)	(923)	(1.118)	-	(1.118)
Resultado antes dos impostos e contribuições		27.737	13.680	41.417	28.271	42.693	70.964
Imposto de renda e contribuição social corrente		(9.095)	-	(9.095)	(6.374)	-	(6.374)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(336)	(4.616)	(4.952)	(3.206)	(14.518)	(17.724)
Imposto de renda e contribuição social	(x)	(9.431)	(4.616)	(14.047)	(9.580)	(14.518)	(24.098)
Lucro líquido do exercício	(xi)	18.306	9.064	27.370	18.691	28.175	46.866

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i) e (v), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são: (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia não aplicou o CPC 06 (R2) na contabilidade regulatória.

(vi) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47 e CPC 06, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido societário	96.886	93.845
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(146.101)	(134.278)
Direito de uso (CPC 06 (R2))	(27)	-
Imobilizado e intangível (CPC 47)	100.605	105.083
Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2))	37	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	12.608	7.992
Tributos diferidos (CPC 47)	8.416	5.805
Obrigações especiais (CPC 47)	(3.273)	(3.273)
Patrimônio líquido regulatório	69.151	75.174

Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(vii) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(viii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(ix) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(x) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(xi) Lucro líquido do exercício

Conciliação do lucro societário e regulatório	2021	2020
Lucro societário do exercício	27.370	46.866
Receita bruta (CPC 47)	(11.823)	(42.580)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	2.611	2.558
Depreciação e amortização (CPC 47)	(4.599)	(4.607)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	129	1.936
Despesa financeira – Arrendamento (CPC 06 (R2))	2	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	4.616	14.518
Lucro regulatório do exercício	18.306	18.691

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
CNPJ nº 05.063.249/0001-60**

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Geral e Diretor Financeiro
Marcelo Dias Loichate	Diretor Técnico

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Erik da Costa Breyer (TAESA)	Leonardo Bonorino Gonçalves (TAESA)
André Luiz Gomes da Silva (CEEE-T)	Rodolfo Coli da Cunha (CEEE-T)
Marco César Castro de Oliveira (DME)	Marcos Rogério Alvim (DME)

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49